



NOVIDADES LEGISLATIVAS



EDIÇÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019

Nesta Edição:

- **Comissão de Relações Exteriores debate “fomento da Economia e Bem-Estar Social no Mundo através da OCDE”;**
- Comissão de Finanças e Tributação realiza audiência pública com o novo Secretário da Receita Federal;
- Debate sobre tecnologia e inovação como foco das políticas regionais.

Comissão de Relações Exteriores debate **“fomento da Economia e Bem-Estar Social no Mundo através da OCDE”**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados realizou hoje audiência pública, requerida pelo deputado Cláudio Cajado (PP/BA), para debater o fomento da Economia e Bem-Estar Social no Mundo através da OCDE.

Estiveram presentes: Ministro André Odenbreit, Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores; Ministro Rodrigo Godinho, Assessor para Assuntos Internacionais da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia; Luiz Reis De Mello Junior, Diretor do Departamento Econômico da OCDE; Carlos Abijaodi, Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI; Diego De Souza Araújo Campos, Diplomata e Secretário-Executivo do Grupo Parlamentar Brasil-OCDE e o deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO), Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-OCDE.

Os representantes ressaltaram que a OCDE é uma “casa de reformas”. A Organização tem como objetivo principal o desenvolvimento econômico dos Países membros. A OCDE elabora estudos e estatísticas que servem como base importante para a discussão de políticas públicas, o que se torna especialmente importante em um contexto de constrangimento fiscal, de acordo com o Ministro André Odenbreit.

Além disso a OCDE é um fórum importante onde o Brasil pode compartilhar experiências bem-sucedidas de políticas públicas, como no sistema de defesa da concorrência.

Ressaltaram ainda que o relacionamento entre a OCDE e o Brasil é antigo. Em 2012 o Brasil foi aceito como **“key partner”** da Organização. Hoje, o Brasil é o país não membro com maior grau de

convergência com as recomendações da entidade (32%), inclusive entre os países candidatos. Esse alto grau de engajamento facilitará o processo de acesso.

Sobre o processo de adesão, este ano foram criados o Conselho Brasil OCDE e o Grupo Parlamentar de Amizade – Brasil/OCDE, importantes fóruns que auxiliarão no processo. O estreitamento do relacionamento entre o Brasil e a Organização é uma oportunidade para que o nosso país tenha cada vez mais participação na decisão de padrões internacionais. De acordo com o Ministro Rodrigo Godinho, o Ministério da Economia está comprometido com a busca mais efetiva de convergência com diagnósticos e recomendações da Organização.

De acordo com Carlos Abijaodi, os objetivos da OCDE estão alinhados com os 11 eixos do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022. A adesão à Organização necessita que o Brasil convirja com o modelo da OCDE para ADTs e Preços de Transferência e adira aos Códigos de Liberalização dos movimentos de capitais e das operações correntes intangíveis. A adesão implicará na melhoria do ambiente de negócios, atrairá mais investimentos para o País, dará maior competitividade aos bens e serviços brasileiros e melhora a imagem internacional do Brasil.

Comissão de Finanças e Tributação realiza audiência pública com o novo Secretário da Receita Federal

A Comissão de Finanças e Tributação realizou audiência pública para debater as novas diretrizes do trabalho a ser desempenhado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo como convidado o Secretário José Tostes.

Tostes citou o pioneirismo e inovações da Receita em relação à fusão da gestão tributária com a gestão aduaneira, em uma estrutura única. Destacou que ao final do ano a Receita provavelmente fechará o ano com 1 trilhão e 400 bilhões de reais de arrecadação de tributos federais, observando um crescimento real de 2% do ano anterior.

Citou como desafios para essa gestão da Receita a preservação do equilíbrio fiscal e da sustentabilidade fiscal e a priorização da simplificação tributária, incluindo as obrigações tributárias acessórias.

Tostes ainda tratou do reconhecimento mútuo entre o Brasil e seus parceiros econômicos, de forma que os operadores de comércio exteriores certificados no Brasil tenham idêntico tratamento nos fluxos de comércios com esses outros países.

Também falou sobre a possibilidade de o contribuinte ser informado de possíveis diferenças em relação a suas informações e declarações, dando a oportunidade dele se regularizar, evitando a necessidade da autuação e lavratura de autos de infração.

O dep. Júlio César (PSD/PI) questionou sobre a possibilidade de reabertura do Refis, citando que a União nos últimos dez anos arrecadou mais de 2 bilhões de reais nos Refis.

Tostes argumentou que há uma crescente e elevada inadimplência dos contribuintes do Refis. Disse que ambas as PECs sobre Reforma Tributária que tramitam no Congresso Nacional possuem pontos positivos para um futuro modelo a ser aprovado e acredita que no diálogo da proposta da Receita possa haver uma união entre elas.

O dep. Enio Verri (PT/PR) disse que, embora as reformas simplifiquem o modelo tributário, ainda não acabam com as injustiças tributárias. Citou que até mesmo a receita teria vantagens com uma reforma que atingisse mais a renda do que o consumo.

Acerca do Refis, afirmou que há uma injustiça grande, porque privilegia quem não paga, gerando vantagem competitiva. Afirmou, ainda, que está sendo considerado na proposta a ser encaminhada, a necessidade de revisar a tributação da renda, e sobretudo, medidas que diminuam a regressividade da estrutura atual, tornando mais progressiva a imposição do tributo sobre a renda em relação a base do IR.

O dep. Mauro Benevides (PDT/CE) tratou do alto custo das desonerações, sendo o valor atual de 336 bilhões. Observa a necessidade de reajustes no sistema financeiro e creditício. Também afirmou que a carga brasileira é centrada no consumo, diferentemente da maior parte dos países, não se cobrando imposto de renda sobre dividendos.

Além disso, criticou que toda reforma tributária, segundo seu entendimento, posterga as mudanças necessárias para renda e patrimônio. Sugeriu o imposto sobre transações financeiras como fonte da desoneração dos 20% da contribuição patronal, propondo o limite de R\$ 5.000 a fim de isentar 82% da população brasileira;

O Deputado Celso Sabino (PSDB/PA) sugeriu a tributação de parte dos produtos destinados à exportação, adicionando que seja pelo menos os produtos de origens não renováveis, como petróleo e minério.

Tostes encerrou sua participação reforçando a visão negativa sobre o Refis e o foco em um sistema mais progressivo, incluindo a tributação sobre lucros e dividendos.

Debate sobre tecnologia e inovação como foco das políticas regionais

Aconteceu na CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal audiência pública, **que debateu sobre “Centros de Desenvolvimento Regional e a dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação para o Planejamento Regional do Nordeste”.**

Participaram da audiência: Renato Oliveira, coordenador geral de cooperação e articulação de políticas da SUDENE, Perpétuo Cajazeiras, diretor de planejamento do Banco do Nordeste, Regina Silvério, diretora do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE, Paulo Guimarães, consultor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE na área de Mecanismos de Financiamento, Francilene Garcia, consultora do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE na área de Ciência, Tecnologia e Inovação e Ieva Lazareviciute, assessora do Programa das Nações Unidas para ao Desenvolvimento PNUD.

O representante da SUDENE, Renato Oliveira, abordou o plano regional de desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) transformado em projeto de lei enviado pela Presidência da República ao Congresso, que irá nortear ações no período de 2020 a 2023 em prol do crescimento econômico e social na região. O projeto dialoga com o orçamento da união, e faz um direcionamento para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, com destaque para a adoção de novos padrões de desenvolvimento do século XXI, valorização da biodiversidade, metodologias de gestão de risco, metodologias que amplifiquem e qualifiquem o acesso aos serviços públicos e a estruturação de fundos regionais que ampliem o impacto regional. O recorte regional da PRDNE utilizou as regiões

geográficas intermediárias do IBGE, com 48 regiões intermediárias, 51 municípios e 6,7 milhões de habitantes, visando seu fortalecimento. A PRDNE está organizada segundo os seguintes eixos: inovação, segurança hídrica e conservação ambiental; desenvolvimento institucional; desenvolvimento de capacidades humanas; dinamização e diversidade produtiva; desenvolvimento social e urbano. Algumas ações a serem desenvolvidas dizem respeito à articulação com os bancos regionais para novos modelos de financiamento e articulação com o BNDES, para assinatura de um acordo de cooperação.

Perpétuo Cajazeiras, representante do Banco do Nordeste, destacou a atuação da instituição no desenvolvimento da região e na promoção da inovação. Primeiro banco público a criar um hub de inovação, o BNB provê 62% do financiamento de longo prazo do Nordeste com apenas 292 agências da região. Em 2019, de janeiro a outubro, foram realizadas operações somando R\$ 31 bilhões; com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, R\$ 21,5 bilhões e R\$ 8,3 bilhões de microcrédito. As ações do banco no tema da inovação envolvem a estruturação de cadeias produtivas no interior, o financiamento de projetos científicos, tecnológicos e de inovação, programas de crédito para soluções inovadoras como FNE Água, FNE Sol e FNE Inovação, o Criatec – fundo de investimento e o hub de inovação, fomentando a inovação aberta.

Leva Lazareviciute, representante do PNUD, confirmou a prioridade de atuação da instituição nas regiões Norte e Nordeste e informou sobre a abertura de mais um escritório, desta vez no estado do Piauí. Defendeu políticas resilientes, que mantenham os resultados alcançados pelas iniciativas de desenvolvimento; políticas eficientes em seus gastos e com gestão adequada; foco em inclusão; e a atuação do setor privado como fonte de recursos para a promoção do desenvolvimento.

Regina Silvério, diretora do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE defendeu a inovação como instrumento para promoção do desenvolvimento por meio de uma visão sistêmica e articuladora, reposicionamento da governança das políticas públicas regionais, direcionada para a inovação e tecnologia. Exemplificou como ações necessárias o conhecimento dos biomas para que se avance nas fronteiras de conhecimento da biotecnologia e nanotecnologia; o avanço no segmento do saneamento básico; conectividade; integração às cadeias globais como energias limpas; adequação dos setores tradicionais rumo à Indústria 4.0 e atuação em rede.